

# | 811 | DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRAL PAULISTA ATRAVÉZ DE UMA AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

*Tamara Mendes de Camargo, Laila Regina Cardoso, Karina Barbosa de Aguiar, Eduardo Fernandes*

*Marcusso*

## **Resumo**

O presente trabalho pretende destacar a integração e o desenvolvimento da região central paulista através da proposta de uma agência de integração baseado no acordo de colaboração entre Brasil onde está previsto que entre outros quesitos, o intercâmbio de experiências na área das cooperativas de produção, aperfeiçoamento dos serviços de apoio ao pequeno produtor, o planejamento territorial integrado e, políticas sociais de fortalecimento territorial. Foram escolhidos para a proposta os municípios de Araraquara, Descalvado, Itirapina, Ribeirão Bonito, Rio Claro e São Carlos, onde foram verificadas as condições de infra-estrutura para a implantação da agência de integração.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, integração, agência, Brasil-Itália

## **Introdução**

O tema integração aparece nas discussões políticas nas primeiras décadas do século XX durante, e principalmente depois da segunda guerra mundial, onde o mundo começa a configurar uma economia global e integrada. Neste momento a internacionalização do capital promoveu a integração das diferentes partes do globo no movimento que ficou conhecido como globalização, que atingiu outros aspectos da vida social, além do econômico.

Nesse momento histórico a unificação européia, com os movimentos de integração entre as nações fortemente abaladas pela guerra, coloca-se com o maior exemplo de integração que presenciamos a partir da criação do Mercado Comum Europeu até a criação do Euro, como moeda única.

O verdadeiro entendimento do conceito de integração passa essencialmente pela divisão do trabalho e pelos fluxos comerciais. Sendo assim a essência da integração estaria nos inter-relacionamentos e interdependências entre todas as atividades econômicas (MACHLUP, 1976).

Porém essa integração possui diversos níveis. Podemos falar em uma integração nacional (*intra-nacional*), regional (*blocos de atores*), e mundial (*universal*). Assim como podemos falar em integração setorial (*destacando os setores mais desenvolvidos*), ou uma integração econômica geral (*toda a economia*).

Esse detalhamento e essa classificação das diversas faces da integração serão utilizados mais adiante para a nossa proposta. Outro aspecto da integração aproxima este conceito a nossa realidade: a caracterização dentro dos países subdesenvolvidos. Neste

caráter, o crescimento econômico aparece como ponto fundamental, buscando assegurar um mercado suficientemente vasto para o surgimento de novas indústrias, com o foco nas economias de escala e em um fortalecimento dos atores integrantes da integração para a brutal concorrência no mercado mundial (BALASSA, 1961). Porém podemos notar uma experiência frustrada de integração periférica do caso da América Latina: o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (LAVINAS et. alii, 1994).

Contudo essa integração não pode ser do tipo discriminador, e sim, uma integração que lute pelos valores presentes no pensamento democrático com igualdade de oportunidades a todos. Apesar de que se alcançar a igualdade de oportunidades seja um objetivo árduo, não é inatingível, por isso que a proposta também caminha no sentido da diminuição das desigualdades regionais, buscando integrar e oferecer oportunidades homogêneas para todos. Contudo essa situação só é possível com a intervenção estatal, o que para os países subdesenvolvidos é uma condição básica na constituição de uma integração regional. Sendo assim, uma integração entendida como um processo político onde as chamadas variáveis exclusivamente econômicas perdem importância frente à dinâmica global da sociedade (MYRDAL, 1967).

Apesar da noção de desenvolvimento estar diretamente associada à questão do crescimento econômico, o conceito do primeiro, paira sob dois sentidos distintos, dizendo respeito primeiramente à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. Em segundo, o conceito se relacionaria com o grau de satisfação das necessidades humanas, das mais básicas como alimentação, habitação, e saneamento, até as não menos importantes, transporte, lazer, cultura, etc (FURTADO, 1974).

O desenvolvimento é pensado, então, como um processo social de crescimento econômico em todos os seus aspectos desde o aumento na capacidade produtiva, na abertura de postos de trabalho, na melhoria da qualidade de vida da população até ao atendimento as necessidades sociais visando à diminuição das desigualdades.

Já, o desenvolvimento que estamos falando seria um desenvolvimento como aumento das liberdades da população, sendo a liberdade o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. A liberdade tem dois papéis no desenvolvimento. O papel constitutivo refere-se as liberdades substantivas, que incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão. Já o papel

instrumental diz respeito a liberdade global que as pessoas têm de viver do modo como desejarem (SEN, 1999).

Como podemos observar, integração nos países subdesenvolvidos está intimamente ligada ao desenvolvimento dos agentes a se integrar, adversamente e complementarmente o desenvolvimento vai ser alcançado com a integração. Estando assim integração e desenvolvimento em uma via dupla de ligação.

Neste momento conseguimos, então, colocar nossa proposta em um local bem definido dentro dos conceitos de integração e desenvolvimento. Dessa forma podemos caminhar para o detalhamento do nosso projeto, com suas propostas, objetivos e justificativas.

### **Detalhamento da Proposta da Agência de Desenvolvimento**

Dentro dessa temática da integração e do desenvolvimento encontramos o acordo de colaboração entre Brasil e Itália desenvolvendo no país europeu as regiões da Emilia Romagna, Toscana, Úmbria e Marche. Neste acordo está previsto que entre outros quesitos, o intercâmbio de experiências na área das cooperativas de produção, a promoção e o aperfeiçoamento dos serviços de apoio ao pequeno produtor, o planejamento territorial integrado e, políticas sociais de fortalecimento territorial.



Fonte: CALLEGARI, C. In: Fórum Regional de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de Cooperação e I Seminário da Rede de Cooperação Brasil – Itália. Araraquara-SP, 2005. Disponível em: <http://home.uniemp.org.br/forunsregionais/> Modificado por AGUIAR, K.B.

A parceria entre Brasil e Itália irá gerar € 1,5 milhão em investimentos nos seis municípios que compõem o projeto, sendo € 500 mil vindos da Itália e € 1 milhão empregado pelo Governo Federal. O valor corresponde a aproximadamente R\$ 4 milhões. No dia 22 de julho de 2009, São Carlos, Araraquara, Descalvado, Itirapina, Ribeirão Bonito e Rio Claro assinaram um protocolo de intenções para implantar a Rede Integrada de Serviços e Apoio Tecnológico para o Desenvolvimento Local da Região Centro Paulista.

A proposta se baseia na experiência italiana, principalmente na região da Úmbria, tradicional em ações de desenvolvimento local, como no exemplo da UMBRASIL, uma agência de intercâmbio para o desenvolvimento local, que apesar de criada em 2009, apresenta objetivos de construção de vínculos culturais, econômicos, sociais e humanos mais fortes entre a Região da Úmbria e o Brasil.

O acordo Brasil – Itália tem justamente esse propósito, a troca de experiências entre as diversas formas de utilização e seus diferentes resultados, uma vez que o país europeu foi pioneiro nessa iniciativa e o acordo visa difundir essa experiência de desenvolvimento local buscando novas aplicabilidades.

## Objetivos

Em uma visão ampla, a proposta tem dois pontos gerais e fundamentais, a promoção da integração e do desenvolvimento dos municípios destacados na região central paulista. Os conceitos, já discutidos acima, nos esclarecem que tipo de integração e desenvolvimento propomos visando a integração regional.

Dessa forma a proposta tem como metas:

- 1º - A criação da agência de desenvolvimento intermunicipal, para coordenar as ações de fomento à agricultura familiar e dos produtores orgânicos
- 2º - A intermediação entre os produtores e os municípios pela cooperativa de transporte e logística dos alimentos. Neste sentido, a produção de alimentos será incentivada e seus produtores terão melhores condições de reproduzir esse sistema de cultivo e desenvolver os municípios.

## Metodologia

Nossa proposta foi formulada a partir da análise dos dados municipais, e principalmente dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS, que tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Por essa base de dados foram feitas diversos levantamentos de dados sobre os estabelecimentos e trabalhadores dos municípios. Esses dados são principalmente divididos setorialmente, e foram elencadas todas as atividades desenvolvidas nos municípios até 99 empregados, limitando em micro e pequenas empresas<sup>1</sup>.

Após esse levantamento, desenvolveu-se uma proposta de criação de uma Agência de desenvolvimento intermunicipal que irá promover e coordenar ações visando o fomento da agricultura familiar e dos micro e pequenos produtores rurais focando nos produtos orgânicos, estabelecendo linhas de créditos e financiamento, apoio institucional de escolas agrícolas para o aperfeiçoamento dos produtores, e intermediação com os bancos de alimentos dos municípios.

---

<sup>1</sup> A definição a respeito do porte das empresas é baseada na classificação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, que considera o tamanho das empresas de acordo com o número de vínculos empregatícios: Micro: de 1 a 19 - Pequena: de 20 a 99 - Média: de 100 a 499 e Grande: - acima de 500. ([www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br))

Essa agência estaria, então, alinhada aos propósitos do acordo macro nos aspectos referentes à intercambio de experiências na área das cooperativas de produção, a promoção e o aperfeiçoamento dos serviços de apoio ao pequeno produtor, o planejamento territorial integrado e, políticas sociais de fortalecimento territorial.

A agência teria dois objetivos principais de atuação:

1º - O fomento dos praticantes da agricultura familiar, fomento este que estaria ligado a incentivos financeiros da agência, auxílio de agrônomos vinculados à agência e por fim aos bancos de alimentos dos municípios. Os bancos receberiam os alimentos e repassariam à merendar escolar dos municípios, atendendo ao programa nacional de aquisição de alimentos.

2º - O incentivo ao micro e pequenos produtores rurais focado aos produtos orgânicos. Em busca da segurança alimentar na cidade, uma aliança social entre produtores de hortifruti orgânicos e diversas famílias da cidade, irá trazer vantagens tanto para um como para outro, uma vez que o produtor dos orgânicos tem seu rendimento mensal advindos dessas famílias-clientes e essas iram dispor de um alimento livre de agrotóxicos com uma qualidade cientificamente comprovada.

Nossa proposta está inserida em diversos programas governamentais que justifica a pertinência da proposta. Um desses programas que está intimamente ligado ao que propomos é Fome Zero, o qual utiliza bancos de alimentos com a principal meta de soberania alimentar. A soberania alimentar é antes de qualquer coisa um direito político, uma vez que comer se encontra entre as condições básicas do ser humano, e exatamente por isso, a situação de insegurança alimentar revela conteúdo ainda mais profundo: condição política negada (DOS SANTOS, 2008). Nesse sentido temos como referência a soberania alimentar, mas nosso foco é essencialmente a segurança alimentar da população dos municípios, uma vez que nossa proposta não supre as necessidades, mas almeja dar subsídios para tornar a alimentação mais saudável .

Para o transporte desses alimentos a agência também irá subsidiar a criação de uma cooperativa de transporte que terá unidades em todos os municípios, a qual irá fazer um cadastro de todos os produtores familiares, além de um balanço de suas produções, tendo dessa forma a possibilidade de atender as demandas por merenda dos municípios com produções de outros.

## **Breve Diagnóstico**

Essa proposta foi construída após o levantamento de dados referentes à demografia, educação, transporte, economia, infra-estrutura, entre outros. Isso nos possibilitou ter uma visão abrangente da região para termos a clareza da sua possibilidade de execução.

Os problemas apontados pelo diagnóstico nos mostraram que a integração dos municípios pelo setor da produção industrial demanda recursos de pesquisa que não dispúnhamos, visto a complexidade de setores encontrados nos municípios. Diante desse fato optou-se pela agricultura, por se tratar de um setor comum a todos e que emprega número significativo de pessoas.

Pelo levantamento demográfico ficou evidentes que os municípios dividem-se em grandes (Araraquara, Rio Claro e São Carlos), e pequenos (Descalvado, Itirapina e Ribeirão Bonito), como mostra a tabela a seguir.

**Tabela I: Evolução da População dos Municípios**

Censos	São Carlos	Araraquara	Rio Claro	Descalvado	Ribeirão Bonito	Itirapina
<b>1991</b>	158.221	166.731	138.243	25.750	10.329	9.953
<b>2000</b>	192.998	182.471	168.218	28.921	11.246	12.836
<b>2007</b>	212.956	195.815	185.421	29.533	11.383	13.889

Fonte: IBGE Cidades, Censos 1991, 2000 e 2007. Organização por: LEMOS M.E; PERET, G.G.

A estrutura da população mostrou-se equilibrada entre os municípios para os moldes brasileiros, tendo uma faixa de 24-28% de jovens; 65-69% de adultos, e 6-8% de idosos. Já a urbanização e o analfabetismo se mostram oscilantes.

**Tabela II: A Urbanização, o crescimento, a educação e sua escassez**

Índices	São Carlos	Araraquara	Rio Claro	Descalvado	Ribeirão Bonito	Itirapina
<b>Urbanização</b>	95,04	95,12	97,2	83,45	88,56	87,08
<b>Crescimento Populacional (91-07)</b>	1,34	1,17	1,34	1,14	1,1	1,39
<b>Média de anos de estudos</b>	8,29	8,29	7,95	6,95	6,4	6,64
<b>Analfabetismo</b>	5,64%	5,2%	5,1%	8,16%	12,33%	8,31%

Fonte: IBGE Cidades, Censos 1991, 2000 e 2007. Organização por: LEMOS M.E; PERET, G.G.

A rede de educação se mostrou diversa, com três grandes universidades públicas (UNESP, USP, UFSCAR), diversas particulares como INEB e Faculdades Anhanguera, além do centro Paula Souza, e outros escolas técnicas e institutos de educação.

Os dados de PIB municipal acompanham de alguma forma os dados demográficos e de educação, com destaque para o PIB per capita que aponta destaca-se negativamente em Descalvado.

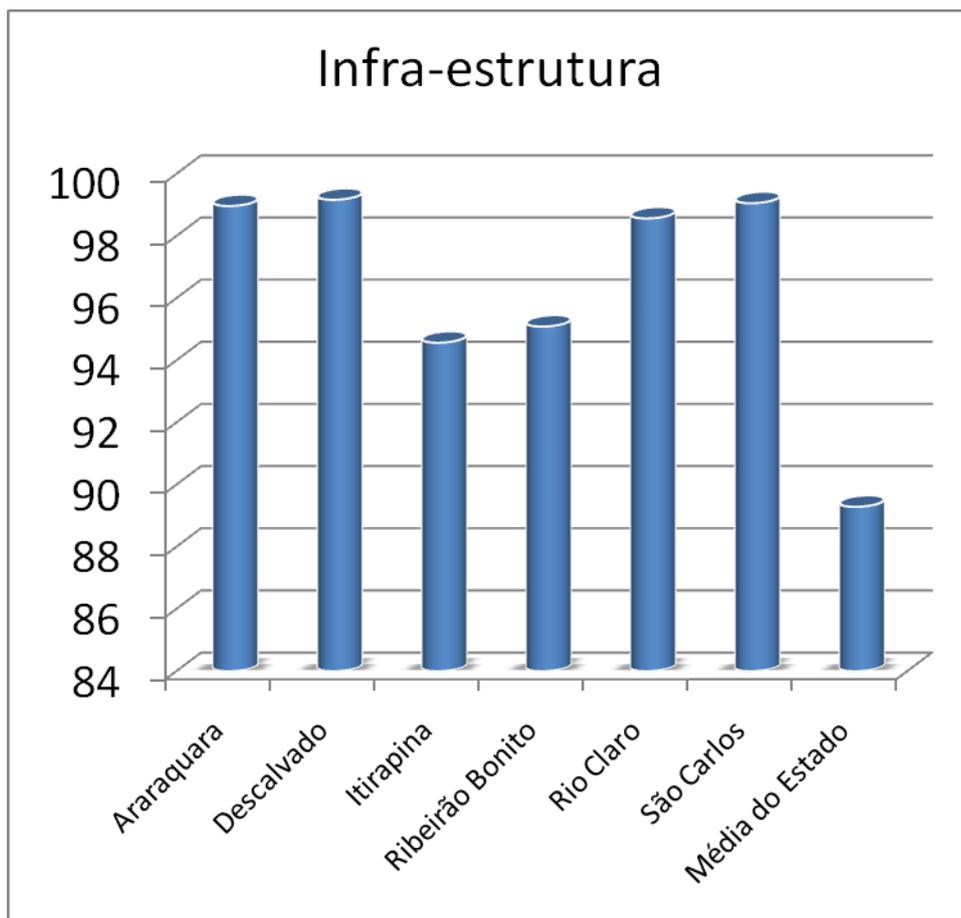
**Tabela III: PIB Municipal**

	<b>PIB Bruto (milhões R\$)</b>	<b>PIB per capita (mil reais)</b>
<b>Descalvado</b>	595,28	19.039,76
<b>Araraquara</b>	3.101,58	15.534,52
<b>Itirapina</b>	152,64	10.198,29
<b>Rio Claro</b>	3.279,05	17.224,34
<b>São Carlos</b>	3.137,11	14.344,20
<b>Ribeirão Bonito</b>	115,52	9.687,89
<b>Estado de São Paulo</b>	802.551,70	19.547,80

Fonte: SEADE - Perfil Municipal, 2006. Organização por: MARCUSSO, E.F.; CAMARGO, T.M.

Por infra-estrutura urbana adequada entende-se a proporção de domicílios que dispõem de ligação às redes públicas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita no lugar do esgoto, sobre o total de domicílios permanentes urbano.

**Gráfico I: Domicílios com Infra-estrutura Interna Urbana Adequada (Em %)**



Fonte: SEADE - Perfil Municipal, 2000. Organização por: AGUIAR,K.B.;CARSOLO,L.R..

A respeito das rodovias que cortam e ligam os municípios, ponto fundamental para nossa proposta, temos uma boa rede de rodovias, e estradas municipais, que possibilitam uma rápida conexão entre os municípios.

Nessa conjuntura temos o programa Pró-Vicinas do Estado de São Paulo que abrange a recuperação de aproximadamente 5.000 quilômetros de estradas municipais do Estado de São Paulo. As estradas vicinais são em geral de uma só pista e de padrão técnico modesto, compatível com o tráfego circulante quase sempre provindo do município que as administra.

A recuperação dessas estradas compreende os melhoramentos nas vias existentes, geralmente circunscritos às faixas de rolamento e de domínio, visando remover pontos críticos que impeçam o fluxo contínuo e seguro do tráfego, restaurando a estrada e aproveitando ao máximo o traçado original. Entre os principais melhoramentos destacam-se a melhoria da superfície de rolamento; a melhoria da plataforma existente; o tratamento das interseções e acessos; e por fim a recuperação e melhoria no sistema de drenagem existente. O projeto é composto por três etapas.



de Desenvolvimento Intermunicipal se encaixa nessa proposição, uma vez tem como objetivos principais a integração e o desenvolvimento da região por meio da agricultura.

A estrutura do Centro Tecnológico de Agricultura Família (CTAF) “Alberto Crestana”, em São Carlos, poderá ser utilizada como base da agência. São Carlos foi escolhida dentre os municípios por sua posição na hierarquia municipal e por sua posição geográfica privilegiada dentro da nossa proposta. A cidade faz divisa com as três menores e tem rápido acesso à Rio Claro e Araraquara pela rodovia Washington Luis.

Uma equipe multidisciplinar, coordenada pela secretária de Agricultura e Abastecimento, Regina Bortolotti, vai captar recursos complementares para experimentos pilotos na região. “O Governo Federal e os municípios que compõem o projeto estão entusiasmados”, frisou o prefeito Oswaldo Barba, prefeito de São Carlos.

O foco da integração e desenvolvimento através da agricultura vem também se configurar como uma resposta a um conjunto de fatores impulsiona os preços dos alimentos nos últimos meses. Este processo combina redução de estoques, aumento de demanda nos países subdesenvolvidos, fatores climáticos, a produção de etanol a partir de milho, alta do preço do petróleo e especulação financeira com as *comodities* agrícolas.

O Brasil não está imune à chamada “crise de alimentos” que gera protestos pelo mundo todo e ascende novo debate entre ricos e emergentes<sup>2</sup>. No país um dos pilares da segurança alimentar brasileira é o conjunto de políticas públicas que fortalecem a vocação e o potencial agrícola do País, principalmente o da agricultura familiar, que responde segundo a revista carta capital, por 70%, dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros.

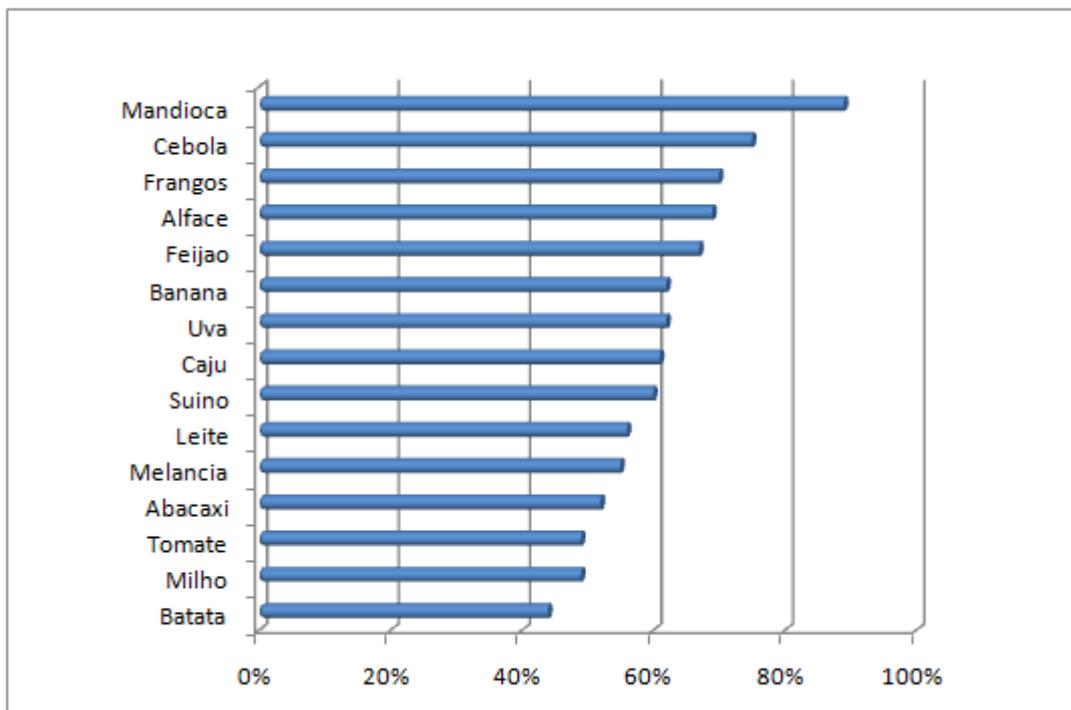
O Ministro do Desenvolvimento Agrário Guilherme Cassel, afirma que a Agricultura familiar contribui para o esforço exportador do Brasil, sendo responsável por cerca de 10% do PIB nacional, e o todo são aproximadamente 4,1 milhões de famílias gerando renda e respondendo por 77% das ocupações produtivas e dos empregos no campo.

Esses dados justificam os investimentos nesse setor que, além de produzir alimentos, gera trabalho e renda, ajudando a construir um padrão sustentável de desenvolvimento. Historicamente, o Brasil construiu um modelo agrícola baseado fortemente na monocultura. Os problemas sociais, ambientais e energéticos que nos desafiam nos encaminham para tomada de novos rumos e a agricultura familiar se apresenta como um bom caminho para o desenvolvimento sustentável economicamente e ambientalmente.

## **Gráfico II: Agricultura Familiar na Mesa do Brasileiro**

---

<sup>2</sup> “Guerra da Comida”. *Carta Capital*, Ano XIV, nº 493, 30 de Abril de 2008.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Plano Safra Mais Alimento, 2008.

Nesse contexto o governo federal lançou o “Mais Alimentos”, uma estratégia estruturante de longo prazo que vai ampliar e aprofundar as políticas públicas direcionadas para 4 milhões de unidades produtoras no campo. Este conjunto de medidas possibilitará, até 2010, um incremento de produção da ordem de 18 milhões de toneladas de alimentos/ano, o que corresponde a 2,5 meses do consumo brasileiro.

O programa alia financiamento e conhecimento, tecnologias apropriadas para a agricultura familiar e sistemas de produção diversificados e sustentáveis vão gerar mais produtividade e renda no campo.

Até 2010, a linha de crédito “Mais Alimentos” vai disponibilizar R\$ 25 bilhões para 1 milhão de produtores familiares. O limite de crédito é de R\$ 100 mil para cada agricultor, que poderá pagar o financiamento em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. Na hora do pagamento o agricultor poderá quitar a parcela do financiamento em produto ou dinheiro pelo Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Um acordo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) assegura a redução de até 15% nos preços de tratores da linha da agricultura familiar. Além do desconto, a primeira revisão dos equipamentos será gratuita.

O salto de produtividade que será proporcionado à agricultura familiar pelo Mais Alimentos terá como um de seus suportes o incremento da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Ao ampliar o acesso ao conhecimento, a Ater atuará de maneira ágil, construindo tecnologias apropriadas para o desenvolvimento sustentável, a diversificação das unidades familiares e a assessoria dos agricultores na gestão do negócio.

Para levar a agricultura familiar à fronteira tecnológica que possibilitará o aumento da produtividade e da produção com sustentabilidade, o MDA firmará um acordo de cooperação para difundir conhecimento produzido pela Embrapa e pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas). Isso permitirá que as tecnologias existentes nos centros geradores cheguem às propriedades e a rede de Ater, que está presente em todos os estados, será ampliada de 20 mil para 30 mil técnicos no campo.

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) é aplicado desde a Safra 2004/2005. É um mecanismo que protege o agricultor familiar da perda de produção motivada por fatores climáticas. O SEAF cobre 100% do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado. O limite de cobertura do SEAF foi ampliado de R\$ 1,8 mil para R\$ 2,5 mil.

O Plano Safra 2007/2008 da Agricultura Familiar que disponibilizou R\$ 12 bilhões nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, R\$ 2 bilhões a mais do que foi investido na safra 2006/2007. Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/09, vai disponibilizar R\$ 13 bilhões para financiamentos, valor cinco vezes superior ao do Plano Safra 2002/03.

Além de mais crédito, a renegociação de dívidas rurais concluída em maio deste ano vai permitir que cerca de 300 mil famílias de agricultores familiares regularizem seus financiamentos com os bancos e voltem a produzir e gerar mais renda.

Outra política, e mais importante para nossa proposta, de comercialização e renda para agricultura familiar que será fortalecida é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um dos suportes do Programa Fome Zero, que é desenvolvido em parceria pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Dentro do PAA, a partir deste ano, os recursos destinados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também poderão ser utilizados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

E nesse contexto é que nossa proposta se alinha perfeitamente a política nacional de incentivo a agricultura. O PAA destinado à educação por meio dos recursos do FNDE, é materializado com a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, (anexo II), que prevê que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para merenda escolar, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, e nossa proposta, como descrevemos anteriormente, iria fazer valer essa lei por meio dos incentivos da agência de desenvolvimento juntamente com o transporte e armazenagem dos produtos pela cooperativa de transporte e os bancos de alimentos.

Outro ponto fundamental que justifica o segundo objetivo de incentivo à produtores focados na produção de orgânicos se concentra na seguinte idéia. A segurança alimentar vem à tona numa época de agrotóxicos e alimentos modificados geneticamente e garantir essa qualidade de vida é investir e proteger na saúde da população. A qualidade dos alimentos orgânicos é tecnicamente comprovada, e o fomento da agricultura local traz um importante desenvolvimento local e regional. Essa união de desenvolvimento econômico com qualidade de vida é interesse da população e dever do estado incentivar e fornecer recursos que tornem possível esse desenvolvimento.

Nossa proposta de fomento aos produtores de orgânicos visando a segurança alimentar e dos produtores em regime familiar tem respaldo em experiência aqui mesmo no nosso país. Em Pernambuco se caminha para um intercâmbio com a Itália nos intuito de valorizar a agricultura familiar e os orgânicos.

O Presidente do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Júlio Zoé de Brito, teve reunião com o Senador da União Européia, José Del Roio, o deputado federal Ricardo Zarattini, e o consultor da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão, Felipe Sampaio. Eles conversaram, entre outros assuntos, sobre a participação de Pernambuco na Expo Milão, a ser realizada em 2015, na Itália, e que movimentará aproximadamente 50 bilhões de euros, enfocando o tema Segurança Alimentar.

A equipe discutiu a possibilidade de se firmar acordos de cooperação técnica e financeira entre Pernambuco e a Itália. Temos que elaborar os projetos e organizar a logística da feira, adiantou o Senador Del Roio, um dos organizadores da Expo Milão.

Júlio Zoé solicitou a realização de um intercâmbio técnico com a Itália, no sentido de que uma comitiva brasileira possa visitar áreas de experiências exitosas, entre elas os consórcios em agricultura familiar, naquele País, sob a interveniência da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural Asbraer, no início

do próximo ano. A agricultura italiana se transformou em uma das mais avançadas nos últimos 25 anos, poderemos aprender com a tecnologia deles, enfatiza o presidente do IPA.

Outro assunto conversado na reunião foi sobre a comercialização de produtos. Júlio Zoé falou sobre a preocupação do Governo do Estado em criar projetos para estruturar essa cadeia produtiva. Ele afirmou que o produto chega na ponta com o dobro do preço vendido pelo agricultor, o homem do campo está produzindo, mas continua pobre, pois não está sendo remunerado. Na Europa, os agricultores tem incentivo para agregar valor ao produto e gerar renda.

Como podemos observar existe um arcabouço de políticas de incentivo à agricultura, e nosso projeto reproduzirá e ampliará essas políticas, aliado as propostas da própria agência de desenvolvimento, dessa forma nossa proposta se coloca como uma estrutura que englobaria tanto políticas externas, o acordo Brasil-Itália, como políticas internas, todas essas iniciativas apontadas, estando nossa proposta com respaldo de todos os lados, e se apresentando como forma de articulação das políticas.

## **A Estrutura e o Funcionamento da Agência de Desenvolvimento**

São dois os pontos essenciais dessa agência. Um ponto situa-se na agricultura familiar, cujo fomento dará suporte para esses produtores fornecerem seus produtos para os municípios integrantes da proposta através dos bancos de alimentos o qual abastecerá a merenda escolar das instituições de assistências e restaurante populares.

A merenda escolar é o nome popular para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE<sup>3</sup> que teve sua origem na década de 40. No entanto, fora em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, é o responsável pela normatização, assistência

---

<sup>3</sup> O Pnae tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), um colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

Dessa forma a agência intermediará a chegada dos produtos provenientes da agricultura familiar até as escolas dos municípios, para de um lado melhorar a qualidade da alimentação, e do outro atender a legislação, no caso, a já citada lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, (anexo II), no seu artigo 14, que prevê que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

No caso dos 30% do valor repassado pelo FNDE destinados a produtos da agricultura familiar, foco da nossa proposta, o processo licitatório pode ser dispensado, desde que os preços estejam compatíveis com os praticados no mercado local e os alimentos atendam a exigências de controle de qualidade.

Porém as prefeituras da região não conseguem alcançar essa porcentagem uma vez que não há produção da agricultura familiar suficiente. Essa ação objetiva diminuir esse déficit e até zerá-lo.

Todo esse processo contará com a utilização de uma estrutura já existente, os bancos de alimentos que são uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com Municípios com mais de 100.000 habitantes. Seu objetivo é arrecadar alimentos, provenientes de doações, por meio da articulação com o setor alimentício (indústrias, supermercados, varejões, feiras, centrais de abastecimento e outros).

Os bancos de alimentos são uma ação integrada do programa Fome Zero do governo federal que é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos

alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

No estado de São Paulo são 18 bancos de alimentos, e dentro da nossa proposta, os três municípios com mais de cem mil habitantes possui essa estrutura. Araraquara (Av. Pe. Antônio Cesarino nº 808), Rio Claro (Avenida 23, nº 1483, Bairro do Estádio), São Carlos (Rua Cel. José Augusto Oliveira Salles, s/n).

Este projeto busca a integração desses bancos de alimentos para atender as demandas por alimentos dos municípios interligados, e para tanto a cooperativa de transporte vai fazer esse traslado entre o agricultor e a mesa da população. Utilizando-se dos bancos de alimentos e instalações de uma unidade da cooperativa em cada município será possível o transporte eficiente entre as cidades. A sede da cooperativa será em São Carlos por sua centralidade geográfica e sua proximidade com os municípios menores, essa escolha é feita por uma questão de logística, uma vez que o município faz divisa com os três menores municípios presentes no acordo e tem rápido acesso os demais pela rodovia Washington Luís.

A cooperativa de transporte terá uma unidade em cada município, e como a política dos bancos de alimentos se restringe a municípios com mais de 100 mil habitantes, nos municípios menores dentro das instalações da cooperativa de transporte haverá lugar reservado e estruturado para receber os alimentos possibilitando assim o armazenamento, controle e transporte dos alimentos, visando o atendimento de todos os municípios.

Essa cooperativa irá cadastrar os produtores dos municípios e fazer o balanço de suas produções, assim tendo um panorama da quantidade de produtos oferecidos por todos, e dessa forma, atender a demanda de cada um, mesmo que seja necessário o transporte de um município à outro. Dessa forma a agência e os bancos de alimentos teriam esses dados e as ações seriam mais bem coordenadas. Por exemplo, se Araraquara possui uma grande produção de batata junto aos produtores familiares, e faltam batatas em Ribeirão Bonito e Descalvado, essa cooperativa realizará esse transporte atendendo a demanda dessas cidades menores, assim como de todas as possibilidades que possam existir dentro da região, nas

diversas produções e diversas demandas. Essa ligação terá fluxos pela intensa rede rodoviária que corta a área. Agência de desenvolvimento iria fomentar a cooperativa.

O outro ponto essencial da proposta será o sistema produtos orgânicos. Por meio de uma aliança social, é estabelecido um acordo onde o pequeno agricultor é financiado por um grupo de famílias urbanas, que têm como retorno direto a qualidade alimentarem. Essa parceria se dá através de uma associação onde os ganhos são mútuos. Exemplo: uma família de agricultores com um mínimo de 1 ha, produz pelo menos 15 variedades de alimentos orgânicos, dentre eles frutas, legumes e verduras, e repassa a produção para famílias urbanas, onde o número inicial pode ser baixo, mas com expectativa de evolução a 70 famílias a curto prazo.

As famílias contribuem com um valor mensal que pode variar de 50 a 100 reais, a depender da região e do tamanho da família urbana, que influencia na quantidade de alimentos na cesta. Há a opção da família urbana escolher os alimentos e a quantidade dos mesmos. Uma vez por semana é combinado um local de entrega.

As vantagens da aliança social são fartas e além do desenvolvimento sócio-econômico e a segurança alimentar, esta faz uma integração das famílias urbanas com as rurais, onde o repasse das cestas com alimentos é feito pessoalmente.

A idéia tem origem no projeto do médico veterinário, administrador de empresas e engenheiro eletrônico Luiz Geraldo de Oliveira Moura, que já têm resultados concretos em 15 municípios [Aratuba, Caucaia, Crato, Guaraciaba do Norte, Limoeiro do Norte, Maranguape e São Benedito (CE); Goiânia (GO); Natal (RN); Caçapava, São José dos Campos e São Paulo (SP); Ribeirão Claro (PR); Recife (PE); e Rio do Antonio (BA)] e mais de 4000 beneficiários diretos [entre agricultores na zona rural e urbana, consumidores de produtos orgânicos e jovens de baixa renda], com uma metodologia aplicada que se mostra perfeitamente viável.

Para todo esse plano de ações é preparado um manual para auxiliar o produtor a converter seu cultivo em agroecologia, juntamente com um amparo técnico e de consultoria, serviços prestados pelo agrônomo da agência. Esse agrônomo atuará com os produtores em regime de agricultura familiar e também com produtores de orgânicos, promovendo a integração das propostas. Esse profissional terá um papel importante a medida que estando tanto na agricultura familiar e nos orgânicos ele terá uma visão ampla das proposta e com o fluxo constante das experiências a adaptação das propostas agrárias poderão aumentar o rendimento dos produtores em geral.

Para tanto, o agricultor dos orgânicos também irá se cadastrar na cooperativa de transporte, um para ter direitos aos incentivos já descritos e dois para a agência de desenvolvimento e os bancos de alimentos terem o controle da situação acesso à todas as variáveis que estão em jogo.

## Referências

BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Editora Clássica, 1961.

**Mais Alimentos: Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/09**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília: MDA, 2008.

**Fórum Regional de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de Cooperação e I Seminário da Rede de Cooperação Brasil - Itália**. Ministério de ciência e tecnologia e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Brasil. Araraquara: 23 e 24 de junho de 2005,

DOS SANTOS, L. **A Fome como Cerceamento de Direito Político: Comunicação Contra-Hegemônica e Soberania Alimentar**. Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, e-cadernos: número 2, 2008. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>, acesso em: 17/11/09.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LAVINAS, L; CARLEIAL, L. M. da F; NABUCO, M. R. **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1994.

MACHLUP, F. **Economic Integration: Worldwide, Regional, Sectoral**. International Association, Macmillan Press, Londress, 1976.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

## Sites Consultados

<http://www.ibge.com.br>

<http://www.seade.sp.gov.br>

<http://www.mte.gov.br/pdet>

<http://www.saocarlos.sp.gov.br>

<http://www.ararquara.sp.gov.br>

<http://www.rioclaro.sp.gov.br>

<http://www.itirapina.sp.gov.br>

<http://www.descalvado.sp.gov.br>

<http://www.ribeiraobonito.sp.gov.br>

<http://agenciaumbrasil.blogspot.com>